



santuários e nos lugares de peregrinação; a liturgia de rádio e de TV; as homilias e seu contexto evangelizador.

Todos temos o direito e o dever de participar ativamente das celebrações. No entanto, não é admissível que indivíduos, a bel-prazer, sem a menor referência teológico-pastoral se considerem autorizados a acrescentar ou a modificar ritos, incluindo elementos alheios à Tradição, ou excluindo outros que são essenciais. A liturgia, antes de ser uma ação humana, é um dom de Deus que deve ser acolhido e interiorizado pela fé. Em primeiro lugar, a liturgia celebra o mistério de Cristo e o insere na realidade humana, para que, por sua vez, a humanidade tome parte na vida de Deus.

Endereço do Autor:

Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 1524
Cidade Universitária – Caixa Postal 5041
Fone (48) 234-0400 – R.: 208 / Fax (48) 234-7230
88040-970 – Florianópolis – SC
E-mail: valtergoedert@hotmail.com



A 'alma' do Ecumenismo e do Diálogo inter-religioso é uma atitude. Essa atitude é, simultaneamente, uma postura nova da mente e do coração e se traduz, posteriormente, em gestos concretos de diálogo, de anúncio e de testemunho comuns. Trata-se de um equilíbrio qualitativo e não quantitativo, a saber, uma nova síntese baseada numa Antropologia que resgata o valor, a dignidade e as prioridades da humanidade e de seus relacionamentos além das diferenças confessionais. No Documento Diálogo e Anúncio do Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso, de 1991, no número 49 lê-se: "Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma pessoa por quem nos devemos deixar possuir. Trata-se, portanto, de um processo sem fim. Embora mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e a receber dos outros e por intermédio deles os valores positivos das suas tradições. Assim, mediante o diálogo, podem ser induzidos a vencer os preconceitos inveterados, a rever as idéias preconcebidas e a aceitar, por vezes, que a compreensão da sua fé seja purificada".

Diálogo e testemunho comum a partir do Vaticano II

*Pe. Pedro Alberto Kunrath**

* O Autor é membro do clero da Arquidiocese de Porto Alegre, doutor em teologia sistemática e professor de teologia na PUCRS.



Fora de dúvida, o diálogo se revela nem sempre fácil e ágil, seja pela dificuldade de individuar os interlocutores, seja pela instrumentalização política, ideológica e religiosa à qual pode prestar-se. Todavia, esse mesmo diálogo mostrou-se nos últimos anos, por parte da Igreja, não mais estranho com o mundo moderno e os seus problemas, como também com as demais 'Igrejas e Religiões não cristãs', com espírito de compreensão e de comunhão, para tornar todos os homens participantes dos bens que provêm da mensagem de Cristo e da salvação que Ele trouxe à humanidade; bens que não dizem respeito somente ao destino espiritual do homem a ser salvo, mas também ao seu destino temporal, porque Cristo salvou o homem todo e todos os homens, de todos os lugares e de todos os tempos.

Um dos Decretos que marcou de modo particular a Igreja no período pós-conciliar é o do Ecumenismo (*Unitatis redintegratio* - UR), aprovado pelo Concílio Vaticano II em 21 de novembro de 1964. Esse Decreto sobre o Ecumenismo teve uma influência enorme sobre a vida da Igreja nas décadas posteriores ao Concílio. Na realidade, a Igreja Católica Romana, colocando-se sobre o caminho do movimento ecumênico depois das Igrejas da Reforma, conseguiu recuperar o tempo perdido com um ímpeto e um empenho muito grande, a tal ponto que hoje é impensável o Ecumenismo sem a Igreja Católica Romana, seja no vértice, o oficial, como na base, o popular. Não podemos não recordar, ainda que sumariamente, as grandes etapas do caminho ecumênico nos últimos anos do passado século XX, assinalado de encontros entre os Papas Paulo VI e João Paulo II com os Patriarcas ecumênicos Atenágoras e Dimitrios e com os outros Patriarcas orientais, com os arcebispos de Cantuária, com os Chefes de outras Igrejas e Comunidades eclesiais e com o próprio Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. Basta dizer que o "*diálogo da caridade*" foi muito intenso e levou a Igreja Católica Romana e os outros cristãos ao conhecimento, ao respeito e à caridade recíprocas, que dissiparam inimizades, suspeitas e levantaram excomunhões que duraram séculos e criaram barreiras que pareciam impossíveis de serem superadas.

Estabeleceram-se assim contatos amigáveis e fraternos entre os membros das diversas confissões cristãs, acostumaram-se a falar juntos, a tratar-se com confiança, a rezar juntos, especialmente na Semana de oração pela unidade dos cristãos, cujo programa é predisposto em comum; foram-se multiplicando os encontros, as reuniões, as conferências e as assembléias ecumênicas; teólogos católicos tomam parte nas assembléias do Conselho Mundial de Igrejas, enquanto delegados das Igrejas não católicas participam, como observadores, dos Sínodos dos bispos. Entretanto, importante para o amanhã do Ecumenismo é o "*diálogo da verdade*", isto é, o diálogo sobre pontos doutrinários que dividem as Igrejas. Tal diálogo revelou-se nestes últimos anos particularmente difícil, tanto a dar a alguns a impressão de que o Ecumenismo tivesse perdido o ímpeto primitivo e fosse encalhando e esfriando. Na realidade, não foi somente muito



intenso, porque os diálogos bilaterais e multilaterais se multiplicaram, como também foi muito construtivo, porque sobre pontos fundamentais foram alcançadas convergências de grande valor, como sobre *Batismo-Eucaristia-Ministério*, o documento BEM de Lima, de 1982 e a Declaração conjunta entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Luterana sobre a *Justificação*, de 31 de outubro de 1999.

A estrada é boa, mas resta um longo caminho ecumênico a ser percorrido com coragem, confiança e paciência. Realmente, o Ecumenismo é um desafio lançado a todas as Igrejas para que se convertam e dêem ao mundo de hoje, dividido em rivalidades e ódios profundos, o testemunho da unidade e da caridade na verdade (cf. *Ef 4, 15*).

1. O Concílio

O Concílio Vaticano II assumiu postura aberta ao diálogo inter-religioso, apoiado numa teologia da ação invisível da graça de Deus em todo homem de boa vontade, do sentido universal redentor da morte de Cristo, do chamado de todos à salvação, ainda que de maneira conhecida só por Deus (cf. *GS 22*). O plano divino universal de salvação do gênero humano se realiza também "dum modo quase secreto no interior dos homens ou por iniciativas, mesmo que sejam religiosas, nas quais de muitos modos eles procuram a Deus, mesmo às apalpadelas, para ver se O encontram" (*AG 3*). No diálogo com as religiões, o Concílio ensinou que existe o projeto de Deus para que todos os povos constituam uma só comunidade, já que comungam numa única origem e num único destino. Afirmou enfaticamente que "a Igreja Católica nada rejeita do que há de verdadeiro e santo nestas religiões", e admitiu nelas "lampejos daquela Verdade que ilumina a todos os homens" (*NA 2*).

Em nada, porém, o Concílio quis, com sua teologia da salvação nas outras Religiões ou por meio da boa vontade das pessoas, dispensar a Igreja de sua obrigação e missão de diálogo e de anúncio. O Concílio rompeu com a concepção rígida da exclusividade salvífica da Igreja, criando nova sensibilidade diante da presença da graça, de valores e de verdade nas outras Religiões. Em documentos posteriores, a Igreja vai, ora acentuar mais o anúncio em detrimento do diálogo, ora valorizar mais o diálogo sem renunciar ao anúncio¹. Essa chave de leitura do diálogo ecumênico e inter-religioso torna-se cada vez mais importante por duas razões. A primeira, estatisticamente a Igreja Católica

¹ Uma leitura crítica desses documentos, *A Igreja e as outras Religiões. Diálogo e Anúncio*, do Secretariado para os não-cristãos de 10.06.1984 e *Diálogo e Anúncio*, do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso de 19.05.1991, cf. F. TEIXEIRA, *A Igreja e o desafio do diálogo e anúncio. Reflexões sobre dois documentos recentes do Magistério eclesial*. In: *REB 55* (1995), p. 293-322.



Romana vai-se tornando minoria e diáspora em muitos lugares da *oikoumene*; em segundo, em meio ao surto e ao trânsito religioso que atravessa todo o mundo, especialmente nos países mais desenvolvidos da antiga cristandade, as grandes Religiões tradicionais não-cristãs criam formas novas e se tornam cada vez mais importantes e procuradas.

Tudo isso coloca para a Igreja a questão da Missão, entre o Diálogo, o Anúncio e o Testemunho comum. O diálogo, esta extraordinária possibilidade que caracteriza a nossa humanidade, possui muitos modos de realizar-se e, em não poucos casos, é atuado mais através de gestos de caridade e de colaboração (testemunho), como ensina a experiência de muitas Igrejas jovens, e não tanto através do diálogo teológico e doutrinário, também imprescindível. No passado, todavia, a missão cristã foi realizada pelas Igrejas divididas que não dialogavam, antes, se contrapunham entre si, constituindo um obstáculo objetivo ao testemunho da caridade cristã. Esta dificuldade nos faz compreender melhor também a estreita relação que existe entre Unidade e Missão, à luz da apostolicidade, entendida como fidelidade da Igreja ao seu passado como também ao futuro.

Assim, a tomada de consciência do escândalo que a divisão dos cristãos constituía para os não-cristãos, e do obstáculo que essa divisão colocava à missão evangelizadora da Igreja conduziu aqueles que trabalhavam no setor missionário a procurar em um modo novo a unidade. Não por nada, temos as origens do movimento ecumênico contemporâneo na grande Conferência Missionária Internacional de Edimburgo de 1910, na qual encontravam-se, sobretudo, missionários de matriz anglicana e protestante. Reconhecendo que a divisão é um obstáculo à proclamação eficaz do Evangelho, a Conferência fez o convite à reconciliação e à cooperação comum entre os cristãos e os demais homens de boa vontade (cf. UR 12; AG 15).

A superação do confessionalismo e a consciência de uma missão comum a cumprir devem conduzir, como primeiro passo, à superação de toda forma de proselitismo e de missão em confronto com os outros cristãos e ainda não cristãos. A identificação da própria Igreja com a Igreja de Cristo da parte de todas as comunidades cristãs, uma exagerada e abusiva aplicação do princípio *extra Ecclesiam nulla salus*, o desconhecimento do valor do batismo praticado nas outras Igrejas, sistematicamente suspeito de invalidade, a polémica em relação aos ensinamentos doutrinários dos outros cristãos, havia conduzido no passado cada Igreja cristã a considerar os membros das outras Igrejas quase como 'não-batizados' e a assumir em relação a eles uma atitude missionária, com uma ação evangelizadora e um convite à conversão, análogo àquele dirigido aos pagãos.



2. O movimento ecumênico

O movimento ecumênico contemporâneo tende antes à aproximação entre as Igrejas no seu todo, até o ponto em que essas possam reconhecer-se reciprocamente como autênticas Igrejas e possam chegar a restabelecer a plena unidade². Nessa perspectiva, a via da missão, ou melhor, do proselitismo em confronto aos cristãos pertencentes a outras Igrejas, foi explicitamente e repetidamente condenado no âmbito do movimento ecumênico que antes convida os cristãos a um testemunho comum. Sobre este tema, o Grupo misto de trabalho entre a Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas publicou dois documentos, um sobre o *Testemunho comum e proselitismo*, em 1971³ e um segundo sobre *O Testemunho comum*, em 1980⁴. Toda forma de proselitismo, entendido como utilização de métodos não corretos de evangelização, é condenado. Esta condenação é ainda mais severa porque o proselitismo é exercido em relação aos membros de outras comunidades cristãs.

“O testemunho cristão para com aqueles que ainda não receberam o anúncio do Evangelho ou não lhe responderam ainda e para com aqueles que já são cristãos deveria possuir determinadas qualidades para não corromper-se no seu exercício e para não cair no proselitismo (...). O testemunho deveria evitar comportamentos como:

- a) todo tipo de coação física ou de pressões morais ou psicológicas que tenderiam a privar o indivíduo do seu juízo pessoal, da sua liberdade de escolha, da plena autonomia no exercício da sua responsabilidade. Um certo abuso das comunicações de massa pode produzir tais efeitos;
- b) toda oferta, explícita ou implícita, de benefícios temporais ou materiais como compensação para uma mudança de adesão religiosa;
- c) qualquer desfrute da necessidade ou da debilidade ou da falta de instrução da parte daqueles a quem é dado o testemunho, para provocar a sua adesão à Igreja;
- d) tudo aquilo que deixa dúvidas sobre a 'boa fé' dos outros;
- e) (...) as Igrejas que possuem a maioria em um país não deveriam recorrer a pressões legais, sociais, econômicas ou políticas para tentar

² Como sugestão para um posterior e completo estudo, cf. G. CERETI. *Per un' Ecclesiologia ecumenica*, EDB: Bologna, 1997; J. VERCRUYSSSE. *Introdução à Teologia Ecumênica*, Loyola: São Paulo, 1998.

³ Cf. Testimonianza comune e proselitismo. In: *Enchiridion Oecumenicum* I, p. 758-789 (a partir de agora EO).

⁴ Cf. La testimonianza comune. In: *EO* I, p. 926-994.



impedir aos membros das comunidades menores o exercício de seu direito à liberdade religiosa;

- f) toda referência injusta ou pouco caridosa às crenças ou práticas de outras comunidades religiosas na esperança de ganhar adesões. Incluem-se aqui também as críticas maléficas que ofendem a sensibilidade dos membros das outras comunidades. Em geral, se deveriam comparar as qualidades e os ideais como também as debilidades e as práticas de uma comunidade com aquelas dos outros, não os próprios ideais com a prática dos outros”⁵.

A polêmica estabelecida nos últimos anos entre as Igrejas ortodoxas bizantinas e as Igrejas ocidentais, acusadas de praticar o proselitismo em relação às primeiras, conduziu o diálogo da Comissão Internacional Católico-Ortodoxa a uma decisiva tomada de posição: “Permanecendo firme a inviolável liberdade das pessoas e a obrigação universal de seguir as exigências da consciência, no esforço de restabelecer a unidade não se trata de procurar a conversão das pessoas de uma Igreja à outra para assegurar a sua salvação”⁶. No plano prático, reafirma-se que “a ação pastoral da Igreja Católica, seja latina seja oriental, não tende mais a fazer passar os fiéis de uma Igreja à outra, isto é, não visa mais o proselitismo entre os ortodoxos. Visa, sim, responder às necessidades espirituais de seus próprios fiéis, sem qualquer vontade de expansão à custa da Igreja Ortodoxa”⁷.

O movimento ecumênico surgiu, como já recordamos, nos ambientes mais ligados à evangelização do mundo. A estreita conexão entre o empenho pela unidade e a aceitação do testemunho cristão emerge do próprio Evangelho, “para que todos sejam um, afim de que o mundo creia”(Jo 17, 21). Porém, é exatamente em certos ambientes missionários que surgem continuamente formas de desconfiança em relação ao movimento ecumênico, enquanto muitos temem que esse possa determinar atitudes de relativismo e uma queda de tensão na obra da evangelização. Respondendo a esta dificuldade, o Documento do Grupo misto da Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas rebate que “o testemunho comum é a vocação essencial da Igreja e responde em um modo especial ao espírito desta época ecumênica na vida da Igreja. Esse testemunho

⁵ Cf. Testimonianza comune e proselitismo. In: *EO I*, p. 783-786.

⁶ Cf. L'uniatismo, metodo d'unione del passato e la ricerca della piena comunione. Balamand, 1993, n° 15. In: *EO III*, p. 1880.

⁷ ID., n° 22. In: *EO III*, p. 1887. A pergunta é se nos últimos acontecimentos, especialmente na Rússia, não acontece já uma ‘verdadeira perseguição’, ou seja, a acusação de proselitismo em relação à Igreja Católica, que é vista como uma seita, e a expulsão e a não concessão do visto de permanência de missionários católicos no respectivo país? Como bem sabemos, este problema não diz respeito apenas ao Oriente cristão, mas também às relações entre as Igrejas em quase todas as regiões da *oikoumene*.



exprime a nossa unidade real e faz crescer o nosso serviço à Palavra de Deus, reforçando as Igrejas, tanto na proclamação do Evangelho como na procura da unidade plenamente realizada”⁸. Todavia, o problema permanece sério nas relações com aquelas Igrejas e comunidades cristãs que não possuem nenhuma relação com o Conselho Mundial de Igrejas, e por isso rejeitam totalmente o movimento ecumênico em base a um diferente conceito de missão e de evangelização, muitas vezes junto a populações já evangelizadas.

A colaboração dos cristãos de Igrejas diferentes no testemunho ao Evangelho e no serviço aos irmãos foi considerada desde o início do movimento ecumênico como uma das formas mais eficazes para manifestar a unidade já existente e para acelerar o crescimento em direção da plena comunhão, também pela sua capacidade de fazer-nos re-descobrir os dons dos quais são dotadas as outras comunidades cristãs e encher-nos de reconhecimento para com Deus pela caridade assim generosamente infundida nos corações de seus fiéis (cf. *Rm 5, 5*). O último parágrafo da *Unitatis redintegratio* dedicado aos modos de exercício do Ecumenismo exorta com um convite ao testemunho comum: “Todos os cristãos professem perante o mundo inteiro a fé no Deus uno e trino, no Filho de Deus encarnado, nosso Redentor e Salvador. Por um esforço comum e em mútua estima dêem testemunho da nossa esperança que não confunde” (*UR 12*): Este testemunho comum a Deus e ao Evangelho torna-se possível a partir da profunda comunhão que já existe entre os cristãos naquilo que pertence à substância da fé. Esse testemunho é particularmente urgente nas circunstâncias de hoje, tanto no anúncio do Evangelho aos povos não cristãos (cf. *AG 6 e 15*), quanto no testemunho apostólico dos leigos (cf. *AA 27*), quanto ainda no serviço comum da família humana para a construção de um mundo de paz e de justiça (cf. *GS 92*).

3. O testemunho

O apelo ao testemunho comum foi depois reproposto nos dois documentos do Grupo misto entre a Igreja Católica Romana e o Conselho Mundial de Igrejas já citados: “O testemunho é aquilo que somos diante de Deus. Esse consiste em primeiro lugar no ser e deveria encontrar as suas raízes na contemplação. Por isso, a Igreja está dando testemunho já quando aprofunda a sua vida espiritual e cria novos estilos de vida que valorizam o Evangelho no mundo de hoje”⁹. O todo desses documentos nos recorda que a tarefa

⁸ Cf. La testimonianza comune, n° 30. In: *EO I*, p. 959. Também a Carta Encíclica de João Paulo II *Redemptoris missio*, n° 50.

⁹ Cf. Testimonianza comune, n° 23. In: *EO I*, p. 952 (p. 926-994); também, Testimonianza comune e proselitismo. In: *EO I*, p. 758-789.



fundamental da Igreja permanece a de dar testemunho a Deus que se revelou na história em Jesus Cristo, sem procurar a glória para si mesma. “A fonte profunda e autêntica do testemunho deve ser o mandamento ‘*Amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua mente (...). Amarás o teu próximo como a ti mesmo*’”(Mt 22, 37.39; cf. Lv 19, 18; Dt 6. 5).

O testemunho deve inspirar-se na finalidade autêntica da Igreja: a glória de Deus mediante a salvação dos homens. O testemunho não procura o prestígio da própria comunidade e daqueles que lhe pertencem ou daqueles que a representam ou a guiam¹⁰. A harmonia entre o empenho pela missão e o empenho pela unidade na perspectiva de um testemunho comum é afirmada também em outros documentos: “Na doutrina contemporânea da Igreja vai-se re-descobrir esta perspectiva missionária (...). Esta re-descoberta era necessária para depurar as formas eclesiais que se foram desenvolvendo no tempo da Reforma (...), formas modeladas na perspectiva da ‘Cristandade’ do tempo (...) uma sociedade concebida como cristã, na qual todos (excluídos os hebreus) eram batizados, na qual a Igreja e a sociedade eram efetivamente co-extensivos, e onde havia somente contatos ocasionais com o mundo das Religiões não cristãs (...). Em consequência, as nossas teologias e eclesiologias foram-se desenvolvendo em um confronto (muito polêmico) entre diversas versões da práxis eclesial e não em um encontro missionário com o mundo não evangelizado. A re-descoberta de uma perspectiva missionária só se tornou possível a partir da experiência de uma Igreja difundida pelo mundo durante os últimos séculos de expansão missionária. Isso nos tem ajudado a re-entrar na perspectiva do Novo Testamento, no qual a Igreja é uma pequena comunidade que evangeliza em uma sociedade pagã, o ministério é, antes de tudo, guia na missão, o batismo é um empenho nessa missão e a eucaristia é a renovação contínua de tal empenho”¹¹.

O vértice do testemunho comum se alcança “na disponibilidade ao martírio enquanto confirma a orientação de uma vida que é ao mesmo tempo sinal do convencimento e da obediência pessoal (submissão) a uma causa, até ao ponto de morrer pela própria fé”¹². O valor do testemunho de sangue é reconhecido hoje além das fronteiras confessionais e não somente quando esse é dirigido diretamente a Deus, mas também quando é feito pelo serviço ao homem em conformidade ao ensinamento do Evangelho, como atestam tantos exemplos reconhecidos por todas as Igrejas.

¹⁰ Cf. Testimonianza comune e proselitismo, n° 26. In: *EO I*, p. 784.

¹¹ Cf. Comissão Internacional Anglicano-Reformada. O Reino de Deus e a nossa unidade, 1984, n° 36. In: *EO I*, p. 2705.

¹² Cf. La testimonianza comune, n° 24. In: *EO I*, p. 953.



Em um mundo que está se tornando cada vez mais global e no qual cada dia surgem novos e inquietantes problemas, os cristãos das diversas Igrejas são chamados a tornar esse testemunho comum, unindo as próprias forças na colaboração concreta para a solução dos problemas humanos, para oferecer um testemunho visível de serviço e de caridade e para responder conjuntamente aos novos desafios colocados à humanidade. O Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ecumenismo já havia vivamente recomendado esta cooperação (*UR 12*). A cooperação a nível local é novamente recomendada com muita insistência da parte católica com o Documento do Secretariado para a promoção da unidade dos cristãos de 22 de fevereiro de 1975, *A colaboração ecumênica a nível regional, nacional e local*¹³. O tema foi retomado mais amplamente em 25 de março de 1993 no “Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o Ecumenismo”¹⁴, do Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos cristãos, especialmente na quinta parte, *Cooperação ecumênica, diálogo e testemunho comum*.

Nesses documentos são oferecidas riquíssimas indicações a respeito dos campos nos quais pode-se atuar uma possível colaboração, especialmente no mundo missionário e no diálogo inter-religioso: constituição de Conselhos de Igrejas, instituição de comissões para o diálogo, colaboração na catequese e no ensino, também da teologia, uso comum dos meios de comunicação social, cooperação no campo da saúde, iniciativas comuns de caridade como resposta a situações de emergência, assistência a pessoas que apresentam graves problemas de ordem material, moral ou psicológico, defesa dos direitos humanos, empenho pela paz e a justiça, e a preservação ecológica da criação.

Esta cooperação deveria constituir a regra na vida das comunidades cristãs. Uma feliz expressão, formulada por ocasião do encontro de Fé e Constituição em Lund, em 1952, convidava as Igrejas *a fazer todas as coisas em conjunto, exceto nos casos nas quais a fidelidade à consciência o proíbe...*, e esse princípio, se viesse aplicado, multiplicaria enormemente as ocasiões para o testemunho comum, colocando-o na ordem do dia de cada Igreja. O seu objetivo foi assim expresso em um documento já citado: “Os cristãos não podem permanecer divididos no seu testemunho. Cada situação na qual se rejeitam os contatos e a colaboração entre as Igrejas deve ser considerada anormal”¹⁵. Tal cooperação é particularmente urgente no campo da evangelização e consente em colocar a atenção sobre aquilo que é essencial no *kerygma* apostólico. “A evangelização organizada conjuntamente mediante a proclamação direta, os retiros, os cursos bíblicos, os grupos de estudo e de ação, a educação religiosa

¹³ Cf. *Enchiridion Vaticanum* 5, p. 1096-1198 (a partir de agora *EV*).

¹⁴ Cf. *EV* 13, p. 2169-2507 (a quinta parte, p. 2444-2506).

¹⁵ Cf. La testimonianza comune, n° 40. In: *EO I*, p. 969.



ministrada conjuntamente ou em colaboração são expressões de uma crescente aceitação do primado da verdade salvífica e do *kerygma* essencial, o qual anuncia Jesus Senhor e Salvador, presente e operante hoje no seu Espírito. Por isso, as iniciativas pastorais e missionárias, sejam conjuntas e coordenadas, são exemplos de testemunho comum ou ao menos preparam o terreno e as estruturas preliminares para o tornarem possível”¹⁶.

De fato, em muitos países, de frente aos grandes problemas do mundo contemporâneo, como o da paz, da justiça, dos direitos humanos, da ecologia, os responsáveis das diversas Igrejas cristãs sempre mais publicam declarações comuns. Ainda mais freqüentes são os casos nos quais os cristãos se encontram trabalhando juntos, além das barreiras confessionais, em iniciativas de assistência, de solidariedade, de acolhimento. Tal cooperação e colaboração se faz atuar para exprimir a solidariedade cristã em relação aos imigrantes e aos marginalizados em geral, ou também para intervenções em casos de calamidades naturais e públicas. Perdendo todo o caráter de excepcionalidade, esta cooperação deveria tornar-se um fato ordinário previsto nos planos pastorais das Igrejas locais. Uma tal cooperação, ajudando a fazer crescer o sentido de pertença comum à única Igreja de Cristo e desenvolvendo a consciência recíproca, o querer bem e a simpatia, aumenta a necessidade e o projeto de uma comunhão mais plena, também sob o plano visível.

Da missão comum de todos os cristãos faz parte o empenho por uma salvação integral do ser humano, em todos os aspectos de sua vida. A salvação não está somente na ordem espiritual, se bem que esta possa ser considerada em primeiro lugar, como afirmam alguns documentos de diálogo publicados no interno das Igrejas evangélicas. “Cremos que o Evangelho é poder de Deus para a salvação, que mediante a fé em Jesus Cristo os homens encontram o perdão dos próprios pecados, a esperança nos momentos de desconforto, um rumo quando a falta de sentido parece esmagá-los”¹⁷. E, todavia, também outros aspectos que podemos definir mais materiais e que condicionam a nossa vida sobre a terra pertencem a esta salvação que as Igrejas tem a missão de anunciar. “Da nossa participação na missão de Deus faz parte o nosso empenho e apoio a favor do atual processo ecumênico pela justiça, a paz e a preservação da criação (...). Devemos investir o nosso tempo, o nosso dinheiro e as nossas energias para que seja feita justiça aos oprimidos, afim de que os esfomeados e doentes recebam alimentos e cuidados médicos. Igualmente, nos empenhamos no respeito sempre maior aos direitos humanos. Do mesmo modo, nos empenhamos a ocupar-nos da ecologia...”¹⁸.

¹⁶ ID., nº 44. In: *EO I*, p. 973.

¹⁷ Cf. Aliança Batista Mundial-Federação Luterana Mundial. Rapporto di Ginevra, 1990, nº 82. In: *EO III*, p. 672.

¹⁸ ID., nº 84. In: *EO III*, p. 674.



Outro ponto sobre o qual há pleno acordo entre as comunidades cristãs empenhadas na evangelização é o da necessidade da inculturação da mensagem evangélica em todos os povos da terra, se se deseja realizar uma autêntica catolicidade da Igreja. Nesta perspectiva de uma plena encarnação da fé cristã nas diversas culturas se insere em um modo particularmente feliz também a experiência ecumênica que relativiza certas formulações doutrinárias e requer a abertura ao pluralismo nas formas da vida cristã e da Teologia. Esta convida as Igrejas a uma incessante reforma, para responderem às exigências sempre novas da humanidade e para continuarem a exprimir-se em todas as culturas, sempre na fidelidade ao Evangelho, para realizarem plenamente aquele mandato missionário que o Senhor ressuscitado confiou à sua Igreja. Os diálogos ecumênicos explicitam também este aspecto da missão. “O Novo Testamento nos fornece o modelo para a evangelização em uma cultura e em um contexto específicos. O Filho de Deus ‘plantou a sua tenda no meio de nós’ para tornar possível a nossa redenção. A Palavra feita carne em Jesus Cristo é o exemplo supremo da ‘contextualização’. Para nós, a proclamação deste Evangelho pode abraçar a adaptação da liturgia, das alfaias, da música e de outras formas de expressão. É essencial que as pessoas sejam aproximadas enquanto pessoas, afim de que estejamos disponíveis a escutar os seus problemas e as suas interrogações e a respeitar a suas identidades culturais. O conteúdo do Evangelho é um ‘dado’; a forma do ensino, da pregação, do serviço, porém, deve adaptar-se a cada situação”¹⁹.

A leitura dos diversos Documentos do diálogo ecumênico poderia evidenciar ainda outros temas, por exemplo, o da relação entre Eucaristia e Missão. À guisa de conclusão desta breve resenha poderíamos recordar, ao menos, uma convicção na qual convergem todas as Igrejas cristãs: a missão é obra do Espírito Santo. Ele é a fonte da vida e da missão da Igreja, conduz a história ao seu cumprimento e nos faz entrar na plenitude da verdade. Quantos trabalham na missão da Igreja oferecendo os seus braços ao Espírito para que possa agir no mundo! “A missão não é simplesmente a ação da Igreja que amplia as próprias fronteiras. A missão é a ação soberana do Espírito Santo que, mediante as palavras e as obras fiéis da Igreja, dá testemunho de Jesus (cf. *Jo 15, 26*) e cumpre a própria obra de condenação do mundo (cf. *Jo 16, 8-11*) e de guia da Igreja para uma compreensão mais plena da vontade do Pai (cf. *Jo 16, 12-15*). É a presença do Espírito, antecipação do Reino escatológico, a dar verdadeiramente testemunho de Jesus. As ocasiões humanas para o trabalho do Espírito abarcam tanto palavras como obras, que nascem todas e são todas expressões da vida do único corpo que vive o louvor e a adoração de Deus”²⁰.

¹⁹ Cf. Comissão conjunta da Federação Luterana Mundial-Conselho Metodista Mundial. La Chiesa comunità di grazia, 1984, nº 69. In: *EO I*, p. 2507.

²⁰ Cf. Comissão Internacional Anglicano-Reformada. Il regno di Dio e la nostra unità, 1984, nº 38. In: *EO I*, p. 2707.



Que tarefas incompletas, interrompidas e a serem prosseguidas nos deixou o Concílio Vaticano II, especialmente em relação ao diálogo ecumênico e inter-religioso? O Ecumenismo saiu do Concílio motivado, incentivado e fomentado com muitas esperanças. Mas surgiram percalços novos e, sobretudo, não se caminhou muito na dimensão sacramental, na intercomunhão eucarística e no exercício do primado, a ponto de falar-se já em pós-ecumenismo²¹. Mas o Concílio também abriu espaço para o diálogo inter-religioso. E a Igreja tem crescido bastante nesse ponto. Talvez seja o tema mais importante e promissor, apesar de suas imensas dificuldades teológicas e pastorais no atual debate teológico e para a vida pastoral e missionária da Igreja. Um Concílio do porte do Vaticano II e os diversos consensos e convergências das Comissões mistas bilaterais e multilaterais, alguns citados neste texto, exigem “recepção e caminhada, assimilação e criatividade, memória e esperança”²².

4. O diálogo

O diálogo é o novo nome da Missão. A pedagogia do diálogo deve ensinar uma verdadeira escuta do outro e das suas razões, uma disponibilidade para deixar-se enriquecer por ele, mas também a capacidade de dar uma resposta pertinente às suas necessidades. E para que um diálogo possa produzir todos os seus frutos exige-se, de uma parte, um clima de confiança recíproca entre os dialogantes e, de outra, a condição de ser realizado na liberdade e na verdade. Certamente, um aspecto da crise hoje no Ecumenismo é justamente a falta de uma vontade concreta, imaginativa e corajosa de fazer os passos seguintes. Para isso, é necessária a conversão da memória, não somente purificando a memória social, cultural, histórica e religiosa de séculos de polêmicas e defesas parciais e unilaterais, mas também cultivando a memória *ecumênica* que foi crescendo por meio dos encontros e diálogos e se expressa, já agora, em uma *tradição ecumênica*.

O diálogo inter-religioso faz parte da missão da Igreja. Na medida em que o diálogo implica um anúncio e uma apresentação da mensagem cristã, tal anúncio e apresentação aparecem enfraquecidos por causa do escândalo da divisão dos cristãos. Então, o diálogo inter-religioso requer o Ecumenismo; poderá ser também um lugar particularmente adaptado ao Ecumenismo. De fato, os membros das diversas Igrejas, devendo apresentar-se como cristãos

²¹ Para uma leitura breve mas muito focal sobre o assunto, trabalhando o Ecumenismo enquanto diálogo para a construção de um mundo unido, um mundo que experimenta uma ‘onda’ de comunhão universal que penetra a história do gênero humano, cf. S.F. RIBEIRO, *Ecumenismo: simples tolerância ou um estilo de vida?* Cidade Nova: São Paulo, 2002.

²² Cf. J.B. LIBÂNIO. A trinta anos do encerramento do Concílio Vaticano II. Chaves teológicas de leitura. In: *Perspectiva Teológica* 27 (1995), p. 332 (todo o artigo, p. 297-332).

diante dos seguidores de outras religiões, são chamados a colocar-se juntos, lado a lado. E poderão encontrar nos contatos com outros crentes um incentivo a aprofundar a própria compreensão da fé cristã e a acolher o essencial da fé. O diálogo inter-religioso oferece muitas oportunidades de ação conjunta da parte dos cristãos. Talvez falte ainda aquele ‘instinto ecumênico’ que direcione a seguir o princípio segundo o qual aquilo que *pode* ser feito juntos *deve* ser feito juntos.

A cultura do diálogo aponta, normalmente, para quatro vertentes ou níveis: a vida, a ação, a experiência religiosa e o intercâmbio teológico. Ao mesmo tempo em que esta cultura do diálogo deve colocar-nos em profunda comunhão com as alegrias e os sofrimentos dos irmãos e irmãs de outras tradições religiosas, deve também colocar na mesma roda integrantes destas tradições para ações conjuntas pela construção de um mundo de mais convívio humano e para trocas e intercâmbios no plano das próprias experiências religiosas vividas no interior de cada prática. Também é importante que especialistas de cada tradição religiosa procurem aprofundar o entendimento de suas raízes e as próprias heranças de suas tradições, iluminando também a compreensão dos especialistas de outras tradições. Não se trata de uma tarefa reservada unicamente à relação entre as religiões instituídas e com tradição escrita (Hinduísmo, Judaísmo, Cristianismo, Islamismo, ...) porém, o desafio maior se lança em relação às tradições não escritas, como também poderíamos acrescentar algo em relação à assim conhecida “nebulosa mística-esotérica” ou religiosidade de “arranjo pessoal”, mais e mais difundida hoje, expressando-se sob as mais diversas formas.

Os recursos para essa missão concentram-se hoje em dois pólos: a *catolicidade*, uma universalidade diferente da globalização, pois a catolicidade, tendo uma extensão que abrange toda a *oikoumene*, respeita as diferenças e, porque é a ‘plenitude da verdade’, recebida por meio de Jesus Cristo, é uma proclamação da dignidade da pessoa humana e da solidariedade entre as pessoas e entre cada povo e cultura; e uma *espiritualidade ecumênica* impregnada de humildade, espírito de serviço, de abertura e de caridade para o *ut unum sint*. E esses dois pólos, neste início de milênio, nos lançam dois grandes desafios: o desafio de aprofundarmos a nossa própria identidade religiosa e o desafio de buscarmos entender as novas identidades religiosas que estão se constituindo no dia-a-dia ao nosso redor. Ser religioso, hoje, equívale a ser inter-religioso, isto é, a relação positiva com os fiéis de outras Religiões é uma exigência num mundo onde existe o ‘trânsito’ e o pluralismo religioso.